

MOÇAMBIQUE E A ARCA DOS TESOUROS

Moçambique possui potencialidades turísticas que continuam a ser desvendadas.

Do Rovuma à Ponta do Ouro, os seus cerca de 2.500Kms de costa, escondem verdadeiras jóias de inegável interesse e que, por múltiplas razões, tendem a escassear em todo o resto do mundo.

Umhas só agora descobertas, outras redescobertas e outras ainda, por descobrir.

Por si só, a Indústria do Turismo, poderá vir a revelar-se uma das mais importantes fontes de receita do País, contribuindo de modo muito substancial, para a sua subsistência e desenvolvimento.

Em boa verdade, Moçambique dispõe de recursos inigualáveis nas áreas do turismo cinegético, do turismo de caça e pesca desportivas, do turismo exótico e também do ecoturismo, já para não falar, de um modo mais geral, no turismo de lazer. O turismo cultural não deve, também, ser descurado.

São tipos de turismo que, convenientemente implementados e capazmente geridos e explorados, poderão tornar-se também, num excelente veículo de conservação e protecção da Natureza.

Claro que, de Norte a Sul, umas áreas serão menos dotadas que outras, no que respeita a recursos naturais.

Umhas, poderão cativar importantes cotas de mercado regional e nacional, enquanto que outras terão de ser mais dedicadas a mercados internacionais, que exigem qualidade e excelência logo, implicando importantes investimentos o que, pelos vistos, não constituirá problema conforme se verá, mais adiante.



Dividindo o País em 3 zonas com especiais aptidões para o efeito (simplesmente por conveniência de momento), teremos a zona Sul que compreende as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane; a zona Centro que incluiria as províncias de Manica e a de Sofala e a zona norte, com as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

As províncias de Tete e da Zambézia terão de ter um tratamento diverso, por motivos óbvios.

No que respeita à zona Sul do País, as necessárias infra-estruturas, tem vindo a ser recuperadas de modo mais ou menos satisfatório.

Com efeito as zonas balneares disponíveis, desde a Ponta do Ouro, passando por Ponta Malongane, Ilha da Inhaca, Xai-Xai, Bilene, Pomene, Vilanculos, Inhassoro etc., dispõe já de apoios logísticos julgados minimamente necessários ao bom aproveitamento e regular funcionamento das estruturas ali existentes.

Um pouco para o interior, junto à fronteira com a Suazilândia, o Hotel dos Libombos continua a dar apoio às lindíssimas quedas de água da Namaacha, muito visitadas pelos habitantes do Maputo e de outros locais próximos.

Se é verdade que Moçambique pode vir a ser, a médio prazo, uns dos mais importantes destinos turísticos do globo, também não deixa de ser verdade que esta oportunidade está a ser aproveitada de modo muito incipiente.



Enquanto que a zona Sul se tem desenvolvido de modo satisfatório, o mesmo não se poderá dizer acerca do resto do território que, por via da macrocefalia de que o País, infelizmente, sempre padeceu, é gerido e cresce a duas velocidades.

Basta tomar como exemplo, as últimas estatísticas (2001) publicadas pelo Governo Moçambicano, no que concerne ao movimento de “viajantes” pelas fronteiras do País.

Note-se que se trata do registo de “viajantes” o que não significa necessariamente, que se trate de “turistas”.

Estima-se que, em 2001, entraram e saíram do País cerca de 2 milhões de pessoas.

As entradas verificadas, não chegaram a 1 milhão.

Postos	Entradas	%	Saídas	%	Total	%
Mavalane	28,3	2,9	84,5	7,8	112,8	5,5
Ressano Garcia	833,6	84,8	881,9	81,4	1715,5	83
Namaacha	93,6	9,5	98,5	9,1	192,1	9,3
Ponta de ouro	27,2	2,8	18,3	1,7	45,5	2,2
Total	982,7	100	1083,2	100	2065,9	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De notar que as restantes fronteiras do País não possuem qualquer registo, sendo certo que algumas das pessoas dadas com entradas pelo aeroporto de Mavalane, teriam outros destinos.

Também é verdade que a estimativa diz respeito ao ano de 2001. Deverão entretanto, ter-se verificado algumas melhorias, mas não será de crer que o número de entradas tenha crescido de forma significativa.

Taxas Médias de Ocupação nas Províncias (Percentagens)

Província	1995	1996	1997	1998	1999
Maputo	42,4	26	50	40	42
Gaza	12.0	12	13	8	9.0
Inhambane	18.1	23	29	11	6.0
Sofala	23.2	56	35	11	9.5
Manica	23.7	13	20	14	7.5
Tete	22.2	31	35	55	22.1
Zambézia	21.8	17	21	33	37.0
Nampula	N/I	21	15	12	14.4
Cabo Delgado	N/I	20	20	18	12.6

O quadro anterior é prova disso. De 1995 a 1999, a ocupação de camas no Maputo, foi mantida, sofrendo uma variação muito ligeira.

Apenas a província da Zambézia conheceu algum crescimento mas, o panorama geral é francamente negativo.

Qualquer unidade hoteleira que não atinja, pelo menos, 45% de ocupação anual, vê a sua viabilidade futura muito ameaçada, em termos financeiros.

Situação desoladora é aquela que se verifica nas províncias de Sofala e de Manica.

A variação percentual na ocupação de camas foi negativa em cerca de 30%.

Por certo que esta situação estará relacionada, em grande parte, com a situação que actualmente se vive no Zimbabué.

Este país, que outrora constituiu uma fonte importante no "incoming" do turismo regional, deverá ser agora, praticamente nulo.

É significativo o facto de a zona Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) ser responsável por cerca de 73% do total de ocupação de camas, o que só vem confirmar o que anteriormente foi dito.

E o facto é ainda mais digno de realce (pela negativa), sabendo-se como se sabe, que os mais importantes núcleos de interesse turístico se situam a centro e a norte do País.



Mas nem tudo vai mal no turismo moçambicano, valha-nos isso.

Entidades privadas começaram agora a espreitar o que está por detrás desse imenso território, que esconde autênticos tesouros, prontos a serem mostrados ao mundo, a bom preço.

Multiplicam-se os planos de investimento, os pedidos de aprovação de projectos, os intercâmbios e as parcerias internacionais.

A RESERVA DO NIASSA E O ARQUIPÉLAGO DAS QUIRIMBAS

Um dos projectos mais interessantes será o que diz respeito à Reserva do Niassa, apostado na conservação, e exploração do ecoturismo, do turismo cinegético e, dadas as suas futuras características, especialmente vocacionado para o turismo internacional e regional.



O projecto da Reserva do Niassa foi criado em 1954 e abandonado entre 1975 e 1998, quando a exploração descontrolada dos recursos naturais prejudicou gravemente a sua existência.

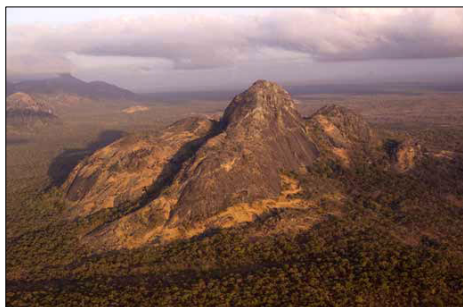
A caça furtiva, destinada a fins lucrativos e até mesmo servindo como modo de subsistência às populações nativas, também contribuíram negativamente ao agravamento da situação.

O excesso de pesca nos rios e lagos, o uso de venenos e laços, o estabelecimento de infra-estruturas não planeadas e a implantação de agricultura imprópria ao meio, também ajudaram a castigar profundamente o ecossistema, deixando-lhe feridas difíceis de cicatrizar.

Ainda assim, as magníficas florestas de miombo, as 370 espécies de aves, os elefantes, os búfalos, os eland, as zebras, os sable resistiram, e a população residente tem-se mantido estável.

O novo projecto “costa a costa”, que inclui os corredores de biodiversidades existentes entre o Lago Niassa e a Reserva Marinha de Cabo Delgado, incluindo as Quirimbas e a Reserva de Caça de Selous na Tanzânia (World Banks Trans-Frontier Conservation Área) é de capital importância, se levado a cabo conforme previsto, uma vez que estão em causa mais de 60.000 animais selvagens.

Ao efectuar a sua terceira expedição a África partindo do Sul, à descoberta do Lago Niassa, referiu-se David Livingstone a esta área, como sendo a “Reminiscência do Jardim do Éden Africano.



Na verdade, os seus inselbergs, rodeados por magníficas florestas de miombo, emprestam à paisagem um toque exótico ainda mais enriquecido pelo serpentear dos rios ali existentes.



A Reserva do Niassa tem tudo para poder vir a ser um verdadeiro paraíso para quem a visita e um verdadeiro santuário para a fauna bravia que abriga.

Poderá vir a ser, a médio prazo, um destino excelente para uma enorme franja de mercado já existente em todo o mundo e que aumenta consideravelmente todos os anos.

As vantagens a favor da própria existência da Reserva, bem como da sua exploração sustentada, manutenção e protecção adequadas, são evidentes.

Os estragos causados pelo período da guerra colonial não foram tão importantes, em termos relativos, se comparado com os que se verificaram um pouco por todo o resto do território.

A densidade populacional muito baixa, cerca de 6 habitantes por Km², em termos percentuais é a menor de todo o País, sendo também um factor importante a seu favor.

O facto da densidade populacional ser extremamente baixa, não significa, no entanto, que se dedique menos importância a uma fiscalização cuidada.

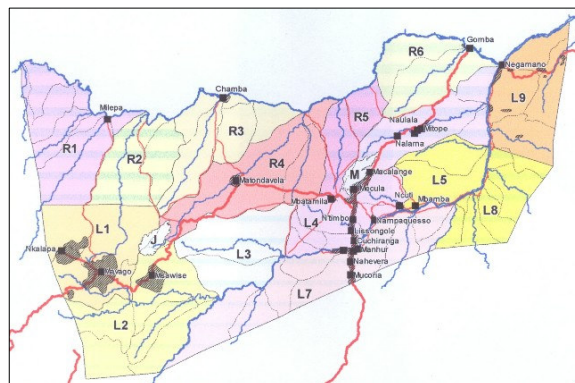
A enorme superfície da Reserva, com cerca de 42.000Kms², duas vezes a área do Kruger Park e de tamanho igual ao do País de Gales, assim o impõe.

Há indicações de que a Sociedade para a Gestão e Desenvolvimento da Reserva do Niassa (SRN), tem vindo a dedicar especial atenção a esta vertente. A uma equipa inicial de cerca de 130 elementos, juntaram-se cerca 80 fiscais de caça devidamente treinados, o que, a meu ver, é manifestamente insuficiente, dada a enormidade da área a fiscalizar, bem como da natureza dos seus limites.

A criação de uma espécie de “zona tampão”, constituída por 6 blocos em volta do “núcleo” da Reserva, parece-me ideia excelente. A exploração destes blocos deverá ser concessionada a entidades privadas, que as destinarão a turismo de caça, sem perder de vista a conservação da fauna e da flora ali existentes.

As condições impostas para atribuição das concessões aos privados parecem, no entanto, demasiado exigente. Refira-se que o período da concessão é válido por apenas 10 anos. Será que este período é suficiente para que o capital investido possa ser recuperado?

Por outro lado a privilegiada situação geográfica da Reserva, delimitada naturalmente pela própria morfologia do terreno, é trunfo de grande importância.



E os seus limites não só são importantes para a protecção do seu habitat natural, mas constituem também pólos de atracção importantes.

A Norte, o rio Rovuma, fronteira natural que separa Moçambique da Tanzânia é uma importante via fluvial rica em peixes de variadas espécies, aí residindo também alguns animais selvagens de significativa importância, como crocodilos e hipopótamos.

O rio nasce perto de outro limite natural da Reserva, a Oeste: o lago Niassa, ou Lago das Estrelas conforme lhe chamou Livingstone.

Niassa significa lago, em linguagem chiNyanja.

O lado Niassa é o terceiro maior de África.

Com 560Kms de comprimento, 80 de largura e, em certos locais, com 700 metros de profundidade, possui uma ampla biodiversidade que lhe permite acolher mais de 1.000 espécies de peixes, 600 dos quais já identificados e catalogados.



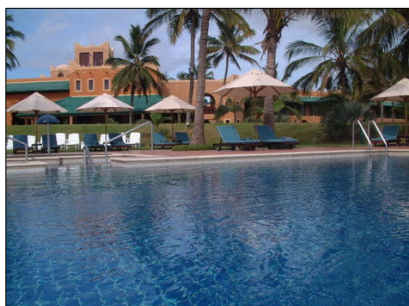


Estes peixes, com as suas cores vivas e garridas podem rivalizar, sem qualquer dificuldade, com os peixes que habitam os recifes de corais, em água salgada. Em especial o peixe Mbuna, o conhecidíssimo “ChichLids”, apreciado em todo o mundo pelos entusiastas de peixes tropicais.

As margens do lago são profusamente diversificadas. Às formações rochosas e à exuberante floresta circundante, sucedem-se a praias de areias finas e douradas que se conjugam com o reflectir do pôr-do-sol africano nas suas águas, produzindo imagens de rara beleza.

Comprovando a importância de que se reveste o lago Niassa, deverá salientar-se que o Parque Nacional do Lago Malawi (assim chamado no país vizinho), que abrange uma importante área no Sul do lago, passou a ser considerado “Património da Humanidade” desde 1984, dada a sua excepcional valia.

A Reserva beneficia ainda da relativa proximidade da cidade de Pemba que, com o seu aeroporto internacional e as suas cerca de 15 unidades hoteleiras, lhe prestam um apoio logístico de relevante importância, a par de Nacala (à espera de melhores dias), com um excelente porto de mar e linha férrea que a liga ao vizinho Malawi.



Também Lichinga pode vir a tornar-se uma estrutura de apoio importante, desde que o seu parque hoteleiro seja ampliado e requalificado. A internacionalização do aeroporto daria uma ajuda, certamente, mormente ao aproveitamento dos imensos recursos existente no lago Niassa.

Os aeródromos de Mecula e Mbatamila prestam também um serviço importante na estrutura de vias de comunicação de, para e mesmo dentro da Reserva.

Mas, a fronteira a Este da Reserva, cujos predicados turísticos, paisagísticos e morfológicos são completamente diversos, é igualmente magnífica.

E a sua enorme importância como pólo de atracção turística, é por demais evidente, sendo prova disso mesmo, o estágio de aproveitamento e exploração controlada que aí se vem verificando, pondo de lado alguns desmandos que necessitam de ser corrigidos.

Em boa verdade, o Parque Nacional das Quirimbas constituído em 2002, e do qual fazem parte 11 das 28 ilhas que formam o arquipélago com o mesmo nome, e que se estende ao longo da costa por cerca de 400Kms, acrescentando-lhe uma estreita zona de terreno costeiro que ocupa cerca de 400kms a Norte de Pemba, são um Paraíso Terrestre. Já alguém dizia, e com alguma propriedade, que as Quirimbas, são hoje consideradas as Antilhas Africanas.



Merece menção especial a ilha do Ibo, por razões históricas e culturais.

Foi a primeira capital do território, no século XVII e constituiu também, um importante mercado de escravos.

Para além da cultura portuguesa, também por ali se encontram ainda vestígios de outras civilizações, como a islâmica.

O seu património arquitectónico, que se encontra em progressiva degradação, parece vir agora a beneficiar de alguma recuperação, em cooperação com o governo de Espanha.

Na zona costeira do Parque, podem ser observadas algumas espécies protegidas, como as tartarugas (que desovam nas 11 ilhas do Parque), os golfinhos, os dugongos, os elefantes, os leopardos, etc.

Importante frisar que a existência do Parque propõe-se proteger, a par das espécies que habitam o seu litoral, também o ambiente marinho como os recifes de coral, as ervas marinhas e as imensas florestas de mangal.

O arquipélago das Quirimbas é já um destino conhecido na Europa e é considerado um turismo dedicado à classe média / alta, dado o elevado preço que custa, e à qualidade dos serviços que presta.

Como em tudo neste mundo, não há bela sem senão...

Neste caso específico, é o enorme investimento necessário à prossecução das metas a atingir, designadas pelo próprio Governo Moçambicano:

Importação de quatro milhões de turistas para todo o território, até 2025, de modo a que a Indústria do Turismo seja capaz de contribuir com cerca de 50% para o orçamento geral do Estado Moçambicano.

Vários grupos internacionais investiram já, e vão continuar a investir na área do turismo, em Moçambique.

Por exemplo, o Grupo Rani, que tem investimentos de monta já efectuados em Pemba, nas Quirimbas e na reserva do Luwire. Também o Fundo Aga Khan parece interessado em proceder a investimentos suplementares nesta zona.

Temos o grupo Pestana que, nos últimos 10 anos, investiu já 30 milhões de dólares. Mas, segundo consta, não se fica por aqui. Até 2008 está previsto um investimento de mais 15,5 milhões de dólares.

A cereja em cima do bolo é o grupo Visabeira. É, sem sombra de dúvida, a entidade que mais tenciona investir: cerca de 90 milhões de dólares, só na área do turismo.

Tem, entre mãos, um mega projecto para o Niassa, que absorverá 30 milhões de dólares.

Uma área concessionada com cerca de 650 mil hectares estará já garantida, cujo desenvolvimento contará com o envolvimento da comunidade local, e será dedicado à exploração de safaris fotográficos e de caça.

Olhando o futuro de frente, tendo em vista a manutenção da fauna bravia, o grupo iniciou já o repovoamento da área de que dispõe, de modo a garantir uma gestão equilibrada da área e, por arrasto, a possibilidade de garantir o retorno dos investimentos a médio prazo.

Para além do hotel em construção em Pemba e do já existente em Lichinga, o grupo propõe-se ainda construir dois hotéis de montanha na zona da Reserva do Niassa, e uma terceira unidade hoteleira junto ao lago. Aqui, está ainda planeada a construção de uma marina.

O projecto prevê também a construção de três aeródromos, que irão servir de apoio às unidades hoteleiras em questão.

O grupo está ainda em negociações, ou negociou já, a concessão de uma das ilhas no arquipélago das Quirimbas. Para apoio às futuras infra-estruturas a implantar na ilha, está já prevista a construção de um hotel em Nacala.

De salientar que o grupo Visabeira, no sentido de otimizar o investimento efectuado ou a efectuar, garantiu já parcerias estratégicas com importantes grupos Suíços, Suecos e também com um grande operador turístico dos EUA que é, sem sombra de dúvida, o líder mundial na exportação de turismo de caça.

Pelo exposto, a zona Norte de Moçambique tem, à sua frente, um futuro deveras promissor, desde que se venham a concretizar todos estes projectos. É de esperar que o governo Moçambicano saiba aproveitar a oportunidade que agora surge e apanhe o comboio que já está em movimento, cumprindo com a parte que lhe cabe.



MANICA, SOFALA E O PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA

Enquanto o corredor Beira / Zimbabué vai agonizando, à espera de um milagre ou de alguém que lhe dê a mão, toda esta zona atravessa tempos difíceis.

As duas províncias são uma sombra de si mesmas e o marasmo tomou conta de tudo e todos.

Quem se desloque pelas estradas, muitas vezes em estado lastimoso, destas terras martirizadas pelos incêndios incontroláveis e pelo corte indiscriminado de tudo o que é árvore, não pode deixar de sentir uma incontida tristeza.

Até mesmo os vastos mangais existentes junto à costa, não são poupados.

Os estragos causados nas florestas pelas populações locais, em busca dos negócios do carvão e de estacas para construção de habitações rurais, são devastadores.

Quando for possível inverter a situação será, porventura, demasiado tarde. E a haver recuperação, vai levar muitas décadas até estar concluída.

Nunca antes tinha sido possível ao fogo penetrar o interior da majestosa Serra Choa, em Catandica, como agora sucede.



A própria cidade da Beira espelha bem as dificuldades que toda esta vasta área enfrenta.

O parque habitacional está decrépito, com fossas e esgotos a céu aberto, que causam cheiros pestilentos e facilitam a existência de nuvens de mosquitos. Seguem-se as doenças epidémicas.

A hotelaria quase que deixou de ter significado. Além de diminutas, poucas são as unidades com qualidade suficiente para poderem receber o visitante.



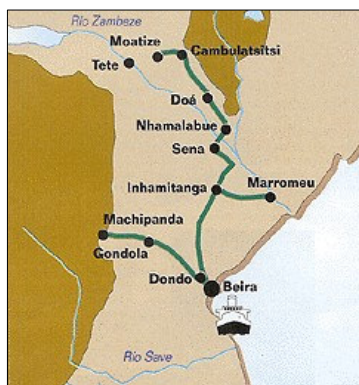
O Motel e o Parque de Campismo do Macúti, que outrora receberam centenas de milhar de turistas, caem agora de podres. O hotel D. Carlos, também no Macúti, que já ouviu falar vezes sem conta na sua hipotética recuperação, continua a degradar-se inexoravelmente.

Até mesmo o aeroporto da Beira, que movimentava largas centenas de passageiros diariamente e era escalado por diversos voos internacionais, está agora relegado para um plano secundário, servindo apenas de plataforma para voos domésticos.



Entretanto, a linha dos caminhos-de-ferro da Trans Zambézia Railways que foi desactivada, praticamente após o último carregamento de carne proveniente das manadas de búfalos dizimadas nos tandos de Marromeu, está agora a ser recuperada. Este é um dos poucos sinais de esperança no relançamento da importância estratégica que a Beira já antes teve.

Por outro lado, a actual situação política que conduziu o País vizinho à miséria, pouco ajuda à retoma da actividade turística e comercial das duas províncias.



O florescente turismo regional, nacional e internacional que a província de Sofala já conheceu é, agora, praticamente inexistente.

Moçambique pode orgulhar-se de ter tido a Organização de Turismo de Caça mais competente, a mais qualificada e a que melhor estava apetrechada, em todo o Mundo.

Para que assim viesse a ser considerada, a SAFRIQUE tinha, para exploração, riquíssimas áreas de caça, com abundante e alta qualidade de troféus, e tinha também uma casta de profissionais de alto gabarito, sendo o seu valor por todos reconhecido.

Na verdade, a SAFRIQUE, Sociedade de Safaris de Moçambique, era escolhida pelos mais conceituados caçadores de todo o Mundo, para aí obterem os seus troféus de caça, com grande parte deles a figurarem no Roland Ward's Records of Big Game. A Organização teve o privilégio de poder receber no seu seio, importantes personalidades de todos os quadrantes como grandes industriais, políticos, banqueiros, astronautas, estrelas de cinema, chefes de estado e de governo, etc.



As 8 coutadas (incluindo a N°1) que lhe foram concedidas para exploração, dispunham de cerca de 12 acampamentos, capazes de albergar principescamente uma média 4 clientes, os seus caçadores-guias e respectiva equipa. Mais: os acampamentos mantinham-se “fully booked” durante toda a estação venatória.

Graças à boa gestão e conservação dos recursos existentes, efectuada pelos seus profissionais, as Coutadas da Organização conseguiram fazer com que o esforço de caça, nelas praticado, não tivesse beliscado sequer, o ecossistema e a biodiversidade das áreas em envolvidas.



Na outra vertente, a dos safaris fotográficos, a província de Sofala era detentora da jóia da coroa: o Parque Nacional da Gorongosa.



A sua importância foi reconhecida a partir de 1921, quando uma área, com cerca de 1.000Kms², foi circunscrita, para proteger algumas espécies da fauna bravia ali existentes.

Em 1935, a área foi ampliada para 3.200Kms² e, em 1960, foi convertida no Parque Nacional da Gorongosa. No ano de 1967, a sua área foi oficialmente delimitada passando a ter, desde então, cerca de 5.300Kms².

Estava-se, desde logo, a reconhecer a verdadeira importância que o Parque viria a ter.

Mas, já no ano de 1953, o Parque Nacional da Gorongosa recebeu os primeiros turistas, pela mão de Adelino Serras Pires, que os conduziu pela picada que ligava a Beira a Inhaminga, atravessando o rio Urema em batelão. O acampamento do Chitengo era então, habitado por um único fiscal, de nome Rodrigues.

No ano de 1957, a Agência de Turismo (da qual era gerente o Adelino Serras Pires), ganha o concurso para a gestão e exploração do Chitengo, altura em que lá foram colocados o Vítor Santos e a esposa, Diana.

De modo a garantir aos visitantes do Parque o conforto exigível, procedeu-se à construção do edifício da recepção, da casa do gerente e foi instalada a energia eléctrica e a água corrente, no acampamento do Chitengo

De referir que Jaime Vale teve, nestas melhorias essenciais, papel relevante.

Depois, passou-se à fase de promoção, atraindo os Sul-Africanos, Rodesianos e não só.



O trabalho realizado deu frutos quase de imediato, e o Parque Nacional da Gorongosa passou a ser internacionalmente conhecido e visitado por milhares de turistas, anualmente.

Nos anos 70, chegou a atingir os 20.000 visitantes/ano.

Existem três grandes zonas ecológicas que se cruzam com o PNG e que também o complementam: o sistema da grande zona do Rift, o sistema litoral do oceano Índico e o sistema do vale do rio Zambeze.

A área, que é ocupada pelo Parque Nacional da Gorongosa, situa-se no extremo sul do grande vale do Rift Africano.

A morfologia do terreno é rica e diversificada, pelo que a flora também o é.

O imenso vale, que ocupa grande parte da superfície do Parque, é circundado por uma zona de planaltos e pela Serra da Gorongosa, com cerca de 1.862 metros de altitude.

A planície é abundantemente irrigada pelos rios que nascem na Serra. Nas épocas das grandes chuvas e cheias, arrastam consigo grandes quantidades de materiais orgânicos e de aluvião que muito enriquecem o solo, proporcionando assim, o crescimento de uma vegetação rica e variada que origina a existência do rico ecossistema que o Parque possui.



Os efeitos da guerra da independência, até 1974, poucos estragos causaram à fauna então ali existente, cuja área era considerada a de maior densidade de fauna bravia existente em África.

Sou disso testemunha, porque em 25 de Abril de 1974, estava a meu cargo o acampamento do Kanga N'Thole, situado no limite Norte do Parque com a coutada nº 1, que se encontrava em regime de protecção especial.

Com efeito, o turista de visita ao Parque, podia observar em apenas meia dúzia de horas, umas dezenas de espécies diferentes, incluindo leões, elefantes, búfalos, wildebeest, hartebeest, zebras, impalas, elandes, hipopótamos, sable, etc., para além de cerca de 500 espécies diferentes de aves.



E podia pernoitar no acampamento do Chitendo, com todo o conforto.

Os rondáveis tinham os requisitos necessários, a restauração era de boa qualidade, e o bar que lá existiu era bem recheado. Um par de piscinas onde dava gosto mergulhar, completava o equipamento.

Depois, veio a guerra civil e, com ela ou por causa dela, veio a desgraça.

Cerca de 90% da riquíssima fauna ali existente, foi autenticamente chacinada, tornando-se um dos maiores crimes cometidos contra a Natureza, a par da razia efectuada aos búfalos nos tandos de Marromeu.

Não há memória e, por certo, não voltará a haver, tamanha atrocidade.

Até o acampamento do Chitengo, foi saqueado, vandalizado e quase totalmente destruído.

Durante o ano de 1992, cessam as hostilidades, mas só em 1995 se deu o primeiro passo no sentido de acudir à indescritível situação em que o Parque caíra.

Foi elaborado um programa de emergência, financiado pela União Europeia, que criou um grupo de cerca de 60 fiscais. Mas pouco mais se fez.

È neste paupérrimo contexto que surge um verdadeiro projecto de recuperação do Parque Nacional da Gorongosa, qual oásis em deserto sem fim.

Graças à Carr Foundation, ao seu presidente, Greg Carr e à equipa que dirige, começa a ver-se alguma luz ao fundo do túnel.

A partir de 2004, quando a Fundação assinou, com o Ministério do Turismo Moçambicano, um memorando de intenções que envolve investimentos na ordem dos 36 milhões de dólares, começaram a sentir-se os óptimos resultados do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

De tal modo que, passados dois anos, o Parque recomeçou a receber os primeiros turistas.

Numa primeira fase, a Fundação propõe-se proceder ao repovoamento de algumas das espécies que foram, quase ou totalmente, dizimadas durante o período de cerca de 20 anos, após terminada a guerra civil.

Já se encontra em andamento a recuperação do acampamento do Chitengo, onde foram já recuperados alguns bungalows, foi restabelecido o fornecimento de água corrente e electricidade e existe já um pequeno restaurante. As piscinas já estão operacionais.

As picadas estão a ser reabertas, o aeródromo foi posto a funcionar.

Para um período de cerca de 24 meses, reconhecemos que há obra feita.

O milagre pode, na verdade, acontecer.

O melhor Parque de Caça do mundo pode, novamente, vir a ocupar o lugar que já lhe pertenceu. Todas as condições estão a ser criadas para que tal possa vir a ser uma realidade.



A fauna bravia, sentindo-se mais protegida, porque o ambiente é mais calmo, começa também a regressar.

A população que, entretanto se havia deslocado para o interior do Parque, está ser integrada no próprio projecto, prestando a Fundação a necessária ajuda em termos de informação, gerando novos empregos e apoiando iniciativas para a criação de negócios próprios.

A educação, a saúde, o abastecimento de água e outras necessidades sentidas pelas populações, receberão uma parte substancial dos resultados da exploração do Parque.

Desde modo, a própria população se encarregará de zelar pela protecção do Parque, contribuindo de forma decisiva para o sucesso do projecto.

Mas, para que o projecto vá mesmo por diante, nos termos em que foi concebido, e possa vir a receber 100.000 turistas por ano, conforme preconiza Greg Carr, há que fazer mais.

No sentido de diversificar a oferta e assim, alargar o leque de potenciais interessados em visitar o Parque, são conhecidas as intenções de Greg Carr em valorizar o património do Parque, acrescentando-lhe mais alguns pólos de interesse turístico como sejam as quedas de água da Serra da Gorongosa e as imponentes falhas de Cheringoma. A Fundação Carr não pode fazer tudo. São necessários apoios de peso, em diversas áreas exteriores à realidade do Parque.



O Parque está bem e recomenda-se! E o resto?

A cidade da Beira tem de voltar a ser a "placa giratória" que já foi, dinamizando este e outros projectos. As vias de comunicação terrestres deverão ser recuperadas.

O aeroporto tem de deixar de ser o "apeadeiro" que hoje é, para voltar a ser o aeroporto internacional que já foi.

O parque hoteleiro da cidade tem de ser recuperado e reconvertido.

Que se passa com a Ilha de Santa Carolina.

Que é feito daquele Paraíso?

Não há quem lhe pegue?



Qualquer investimento que ali se faça, dificilmente poderá ser rentabilizado se a cidade da Beira continuar a sofrer da letargia que dela se apossou. Será esse o motivo do abandono?



Mas não é só a cidade da Beira que necessita, com urgência, de um tratamento de choque.

Toda a Província necessita de sofrer intervenções de fundo, a diversos níveis.

É de primordial importância que se acabe com o abate indiscriminado de árvores nas províncias de Sofala e de Manica, que causam enormes danos ao equilíbrio do ecossistema e delapidam os recursos e riquezas nacionais importantes ao desenvolvimento do País, porque acabam com as florestas.



Há que, sem tempo a perder, acabar com o negócio das estacas.

É preciso que se mantenha a floresta que ainda resta e se proceda, com urgência, a uma replantação exaustiva.

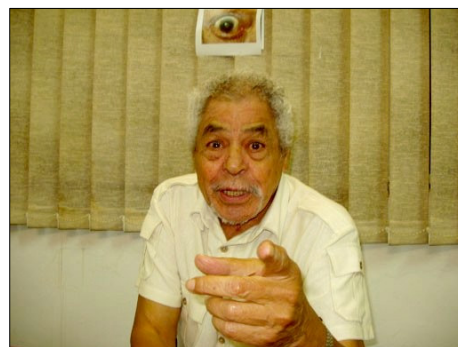
É absolutamente necessário que cessem os incêndios incontroláveis, terminando também, com o negócio do carvão deles proveniente.

E quem sou eu para dar tanta opinião, e poder dar-me ao luxo de questionar tanta coisa, se nem sequer, estou em Moçambique?

Sou alguém que acredita em Moçambique, mormente no sucesso que pode vir a ter no importante sector do turismo, a nível mundial.

Aprendi a olhar e a fixar as imagens, de tudo o que me rodeia, algumas delas de uma beleza extrema, com um sentimento misto de carinho e respeito. E, para isso, tive o melhor professor que poderia alguma vez ter almejado: Ricardo Rangel.

Com efeito, foi este extraordinário captador de imagens, que o tempo não desbota, que me ensinou a "sentir" as coisas, quando as fotografava. Foi graças ao velho batalhador que dei o meu contributo a órgãos de comunicação social escritos importantes na época, como o Diário de Moçambique (nos tempos do Rui Cartaxana), o Notícias da Beira (nos tempos dos saudosos Gouvêa Lemos e Amadeu Peixe) e a Revista Tempo.



Durante os cerca de 25 anos que vivi em Moçambique, tive a felicidade de desempenhar funções que, de uma maneira ou de outra, sempre me mantiveram perto da Natureza e do Turismo.

Os anos que trabalhei na Safrique e posteriormente na Safarilândia (Agência de Turismo de Moçambique) foram gratificantes sob todos os aspectos.

Ensinaram-me a conhecer e a entender um vasto leque de matérias essenciais, relacionadas com a Natureza e o Turismo, que dela se serve.

Os conhecimentos que então adquiri, foram reconhecidos, quando fui convidado pela Secretaria de Estado de Turismo do Governo moçambicano, então dirigido pelo arquitecto Mário Trindade, integrado num grupo encarregue de efectuar um exaustivo levantamento das potencialidades turísticas do País.

Da Ponta do Ouro a Nacala, visitou-se tudo que, nos anos 80, era possível visitar. Um completíssimo relatório foi entregue às entidades moçambicanas, dando conta da situação, indicando procedimentos, dando sugestões. Algumas delas foram aceites e aplicadas.

Com cerca de 30 anos de experiência na indústria do Turismo, creio poder afirmar, com toda a convicção, que Moçambique pode vir a ser, a médio prazo, um destino turístico de excelência, rivalizando com tudo o que hoje existe, no resto do globo.

Que, a bem de Moçambique e dos moçambicanos, assim seja.

António Jorge Silva

Director Técnico de Turismo

Nota: Coincidindo com a preparação deste texto, a ministra do turismo do governo de Moçambique fez declarações importantes, corroborando com o que aqui deixei escrito.

Favor consultar:

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/05/governo_quer_o_.html